

Violência Doméstica Contra a Mulher: Percepção e Concepções a Partir da História Oral de Vítimas

Regiane Clarice Macêdo Callou¹, Roana Bárbara de Almeida Gouveia²,
Beatriz de Castro Magalhães³, Grayce Alencar Albuquerque⁴

Destaques:

- (1) A violência doméstica se dá por meio de agressões físicas, psicológica e sexual.
- (2) A violência psicológica é mais impactante e acompanha mulheres por toda a vida.
- (3) O medo, a vergonha e o isolamento social dificultam a ruptura de uma relação abusiva.

RESUMO

Objetivo: Desvelar as expressões e concepções da violência doméstica deflagrada a mulheres que romperam o ciclo da violência. **Método:** Pesquisa qualitativa fundamentada no método de História Oral realizada por meio de entrevistas com sete mulheres dos dois maiores municípios de uma região metropolitana no interior do Ceará, Brasil, e sistematizadas por intermédio da Análise Temática. **Resultados:** Fizeram parte da pesquisa sete mulheres com idades entre 34 e 65 anos, heterossexuais, a maioria solteira ou divorciada, pretas e pardas, com renda média de um salário mínimo. A violência doméstica manifestou-se mediante agressões físicas, psicológicas e sexuais. As expressões de violência evidenciadas resultam em consequências de ordem física e psicológica, sendo estas últimas mais impactantes e acompanham as mulheres ao longo de toda a sua vida. A saída de uma relação abusiva é complexa e dificultada pelo medo, vergonha e isolamento social decorrentes de uma rotina de abusos. **Considerações Finais:** O estudo desponta para uma concepção de violência complexa, para além de agressões físicas e evidenciando expressões de violência psicológica e sexual, revelando como as mulheres percebem as violências sofridas.

Palavras-chave: violência doméstica; mulher; percepção.

DOMESTIC VIOLENCE AGAINST WOMEN: PERCEPTION AND CONCEPTIONS BASED ON THE ORAL HISTORY OF VICTIMS

ABSTRACT

Objective: To reveal the expressions and conceptions of domestic violence unleashed on women who have broken the cycle of violence. **Method:** Qualitative research based on the Oral History method, conducted through interviews with seven women from the two largest municipalities in a metropolitan region in the interior of Ceará, Brazil, and systematized through Thematic Analysis. **Results:** Seven women aged between 34 and 65 years, heterosexual, mostly single or divorced, black and brown, with an average income of one minimum wages, took part in the research. Domestic violence was manifested through physical, psychological and sexual aggression. The expressions of violence evidenced result in physical and psychological consequences, the latter being more impactful and accompanying women throughout their lives. The way out of an abusive relationship is complex and hampered by fear, shame and social isolation resulting from an abuse routine. **Final Considerations:** The study emerges to a conception of complex violence, in addition to physical aggressions and showing expressions of psychological and sexual violence, revealing how women perceive the violence suffered.

Keywords: domestic violence; women; perception.

¹ Universidade Regional do Cariri. Crato/CE, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-1882-9365>

² Universidade Regional do Cariri. Crato/CE, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-3586-6296>

³ Universidade Regional do Cariri. Crato/CE, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-6827-6359>

⁴ Universidade Regional do Cariri. Crato/CE, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-8726-0619>

INTRODUÇÃO

A violência de gênero constitui-se em qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que abrange danos praticados por homens contra mulheres ou entre homens e mulheres, em busca de afirmação das identidades masculinas e femininas¹. Esse tipo de violência insere-se no rol de abusos interpessoais, e, na maioria das vezes, o agressor é o próprio parceiro no ambiente privado, podendo manifestar-se de várias formas e com diferentes graus de severidade, caracterizando a violência doméstica contra as mulheres¹. Trata-se de um fenômeno mundial que atinge, em particular, mulheres de diferentes classes sociais, origens, idades, regiões, estados civis, escolaridade, raças e orientação sexual. Constitui-se, portanto, numa das principais formas de violação de direitos humanos, atingindo-as em seus direitos à vida, à saúde e à integridade física².

Diante disso, diversos estudos têm apontado para a magnitude que esta problemática alcança no mundo todo. Segundo a Organização Mundial de Saúde, cerca de 30% das mulheres já sofreram algum tipo de violência e 38% das mulheres assassinadas nas Américas foram vítimas de seus próprios parceiros³. Concernente a tais números, o cenário brasileiro também é preocupante, pois entre 83 países estudados, o território brasileiro ocupa a quinta posição no *ranking* de violência doméstica. O estudo mostra que as regiões Norte e Nordeste são as em que mais se evidencia violência de gênero, sendo, também, as que apresentaram a maior taxa de crescimento de violência doméstica entre 2003 e 2013, com 53,7% e 79,3%, respectivamente. O Ceará apresenta-se neste cenário como o terceiro que mais agride mulheres na região Nordeste⁴.

Outro ponto neste cenário é a interiorização da violência, a qual leva à reflexão sobre a realidade de muitas mulheres que habitam regiões distantes das capitais brasileiras. Nestes casos elevam-se as possibilidades de subnotificação do agravo nestas regiões em razão da ausência de instrumentos que possam alcançar as vítimas. Essa situação acaba conferindo-lhes uma menor proteção do que a que é disponibilizada às mulheres nos grandes centros urbanos⁵, e desperta para a necessidade de monitoramento do fenômeno em regiões remotas.

Diante disso e levando-se em consideração o interior do Ceará, região do estudo, verifica-se, por intermédio de dados do Observatório da Violência e dos Direitos Humanos da Região do Cariri da Universidade Regional do Cariri (Urca), que somente no ano de 2017 e 2018 foram notificados mais de 5 mil casos de violência contra a mulher nos três maiores municípios da região – Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha –, o que representa um total de mais de 7 notificações de violência por dia⁶.

Ademais, quanto à dinâmica violenta na rotina de um casal, importa-se destacar que a mesma não se instaura no cotidiano de um casal de uma hora para outra. Ao contrário, costuma ocorrer de forma gradativa em eventos que se repetem, caracterizando um ciclo de violência no qual os eventos se somam em três fases, que adquirem características semelhantes na rotina de agressores e mulheres, as quais se desenvolvem num ciclo de aumento da tensão, seguida do evento grave de violência e posterior fase de arrependimento⁷. Tal violência foi tipificada na Lei Maria da Penha e diz respeito às violências física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.

Diante deste quadro, torna-se fundamental para os profissionais que compõem e atuam à frente da rede de enfrentamento à violência de gênero, entender como a violência doméstica se expressa no cotidiano das mulheres. Tal entendimento deve ser feito a partir da compreensão das vivências de um cotidiano de relação abusiva, sendo, no caso deste estudo, das mulheres em situação de violência doméstica. Esta pode ofertar àqueles que atuam no agravo maior sensibilidade e entendimento da problemática, favorecendo uma atuação mais comprometida, qualificada e resolutiva da mesma.

Em busca disso, este trabalho procurou entender como se expressa a violência doméstica vivenciada por mulheres que já estiveram inseridas num contexto abusivo. Assim, como objetivo deste estudo, elencou-se desvelar as percepções e concepções da violência doméstica deflagrada a mulheres que romperam o seu ciclo.

MATERIAIS E MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa social estratégica, narrativa, com abordagem qualitativa e caráter descritivo-exploratório, que utilizou como referencial metodológico a História Oral. Este método constitui-se enquanto uma prática de apreensão de narrativas com a finalidade de transmitir o testemunho oral dos/as entrevistados/as e conduzir ao conhecimento. Dentre os gêneros de História Oral, optou-se pela História Oral Temática, pois essa é capaz de captar um recorte minucioso da percepção⁸ bem como das formas de expressão da violência doméstica vivenciada por mulheres vitimadas, objeto deste estudo.

A pesquisa foi desenvolvida entre os meses de janeiro a dezembro de 2019 em duas cidades situadas na Região metropolitana do Cariri, sul do Estado do Ceará, Brasil. As participantes do estudo foram sete mulheres, as quais atenderam aos seguintes critérios de inclusão: i) ser maior de idade, ou seja, ter idade superior a 18 anos no momento de obtenção dos dados; ii) ter sofrido, em algum momento de sua vida, um ciclo de violência doméstica perpetrada por parceiro/a íntimo/a; e que, por fim, iii) tivessem rompido com esse ciclo há pelo menos um ano.

A escolha destas participantes deu-se a partir da indicação de mulheres envolvidas com o enfrentamento da violência doméstica na região do Cariri, local do estudo. Assim, mulheres militantes indicaram potenciais participantes da pesquisa, ou seja, que atendessem aos referidos critérios. Após isso, a pesquisadora entrou em contato por intermédio de telefonemas a estas mulheres e explicou os objetivos da pesquisa bem como a forma de se coletar dados. Nessa fase, dez mulheres aceitaram participar do estudo. Apenas sete, de fato, contudo, prontificaram-se a conceder a entrevista, tendo três desistido antes de concedê-las. Após esse contato, foram agendadas as entrevistas, que se deram na casa das participantes (quatro) e no local de trabalho (três), por escolha das mesmas.

As participantes foram esclarecidas quanto i) aos objetivos do estudo; ii) sua relevância, que perpassa pela divulgação dos achados encontrados e direcionamento de ações de prevenção e enfrentamento à violência doméstica; e iii) à livre-decisão de integrar o estudo bem como de desistir em qualquer etapa, mesmo após a concessão da entrevista.

Foi garantido, ainda, o direito à confidencialidade das informações e ao anonimato, sendo utilizados nomes de flores, como codinomes, por indicação de alguns participantes, que, no momento da entrevista, fizeram analogias entre flores e espinhos. Os riscos oferecidos foram considerados mínimos, estando relacionados ao desconforto em partilhar informações pessoais e sua vivência com episódios violentos. Após isso e confirmada a aceitação em participar, essas mulheres assinaram O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o qual lhes foi ofertado uma cópia.

A coleta de dados ocorreu no período de março a junho de 2019 a partir do resgate da História Oral das mulheres, com foco no período de sua vida em que sofreram violência doméstica. Utilizou-se como técnica de coleta a entrevista semiestruturada, contendo questionamentos acerca da percepção da violência sofrida bem como das formas de expressão da mesma. Após realização das sete entrevistas, considerou-se que o material permitia alcançar os objetivos propostos pelo estudo, dando sustentação à análise das categorias empíricas. O encerramento da coleta com sete participantes somente foi possível graças à possibilidade de obtenção de informações aprofundadas do objeto de estudo alcançado por meio da aplicação do método História Oral.

Após transcrição literal das entrevistas, foram realizadas: a textualização, fase em que as narrativas foram colocadas na primeira pessoa do singular bem como os elementos desnecessários foram excluídos e as ideias centrais de cada narrativa identificadas; e a transcrição, processo de colocação das narrativas em uma sequência lógica, sendo elaborada a síntese da história oral de cada mulher em terceira pessoa⁸.

Em seguida os dados foram sistematizados conforme a Análise Temática proposta por Bardin⁹. Para tanto, atendeu-se às etapas de pré-análise, exploração e tratamento dos resultados. Nesse sentido, foi realizada, primeiramente, a leitura fluente das histórias vivenciadas que deu origem ao *corpus*. Este consiste no documento organizado levando em consideração a representatividade do conteúdo, a homogeneidade, a pertinência e a exaustividade das informações.

Após isso, foi possível estabelecer o agrupamento dos discursos nas seguintes categorias: i) Concepções atribuídas à violência: um corpo violado, uma alma enclausurada; ii) Violência psicológica: uma alma quase morta habitando um corpo machucado; iii) Violência física: o corpo marcado pelas dores que a alma também sente; e iv) Violência sexual: a alma não queria estar lá, mas o corpo violado era obrigado.

A pesquisa atendeu aos aspectos éticos propostos pela Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, bem como as prerrogativas da Resolução 510/2016, tendo em vista que a mesma dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Ressalta-se que este artigo é um recorte da dissertação de Mestrado intitulada *Violência doméstica e superação: história oral de mulheres*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Regional do Cariri (Urca) e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) desta mesma universidade sob parecer número 3.139.540.

RESULTADOS

Fizeram parte desta pesquisa sete mulheres com idades entre 34 a 65 anos, heterossexuais, maioria solteira ou divorciada (seis), autodeclaradas pretas (duas), brancas (duas) e pardas (três), com renda média de até um salário mínimo.

A análise dos discursos permitiu a inferência de que a inserção em um contexto de violência doméstica ocorreu com mulheres jovens, posto que a maioria delas (quatro) se inseriu em seu primeiro relacionamento. Outras três já haviam vivenciado relacionamentos anteriores, mas eram jovens, com menos de 30 anos.

O estudo revelou, ainda, que as mulheres em situação de violência doméstica a percebem como algo que extrapola a questão física e as priva de liberdade. Relataram que este agravo se desvela em um contexto de falta de amor e respeito, mantido pelo medo, identificando-se como vítimas de um agressor que as agredia por meio da violência física, psicológica e sexual.

Concepções atribuídas à violência: um corpo violado, uma alma enclausurada

A partir da análise das histórias desveladas no estudo foi possível estabelecer que as mulheres que sofreram relacionamentos abusivos atribuem à violência concepções que extrapolam a materialidade da agressão física. Para elas, qualquer ato ou conduta que as priva de suas liberdades já se constitui em um ato violento. A questão de não se sentir livre para vivenciar suas amizades e sua vida em família, enquanto estava atrelada a uma relação violenta, bem como a relação estabelecida entre violência e falta de amor e respeito dos companheiros, também ficou evidente, como demonstrado nas falas a seguir:

“Tudo é violência. Acho que as pessoas deveriam ser mais carismáticas, aprender mais a tratar as pessoas... Porque eu vejo que a maioria das mulheres são tão maltratadas, tão machucadas. Os homens não têm um pingão de respeito... Tem coisas, palavras, que, às vezes, magoa mais as pessoas do que uma tapa na cara...” (Amarilis – 65 anos).

“Violência pra mim é agressão, principalmente dos maridos, né? Eu entendo que é mais por falta de amor; a agressão ela vem por falta de amor e a outra parte sempre diz que lhe ama... (Liatris – 41 anos).

“Violência no termo? eu me sinto do primeiro grito, certo? Tipo uma palavra ‘feia’... E a violência é mais que essa questão física e, infelizmente, é o que mais dói né? Porque o tapa você passa a dor, e as palavras não... E eu vivia presa, não podia fazer nada, tinha que tá ali pra servir a ele” (Rosa Vermelha – 34 anos).

“Quando eu sinto que aquilo me causou dor eu acho que aquilo ali já foi um ato violento... Ele acabou me afastando até de mim porque eu não comentava isso com ninguém; então eu ia guardando aquilo ali pra mim. Ninguém da minha família sabia, minha mãe via porque mãe percebe tudo; ela percebia que eu estava triste, cada vez ela dizia que eu era muito sozinha... Então eu me isolei de uma tal maneira que nem meus amigos mais próximos sabiam” (Girassol – 34 anos).

“Eu acho que pra mim violência é todo ato onde a gente oprime alguém e aí pode ser fisicamente, mental, e outras, onde você priva a pessoa de sua liberdade, da sua forma de ser... eu vi que aquilo era muito pesado; eu não tinha tempo pra mais ninguém; eu não tinha nada; era só ele, ele e ele... eu senti que eu não tinha controle, que eu não era eu, não tinha mais amigos, as pessoas que eu gostava não estavam mais perto de mim, sabe?” (Estrelícia – 34 anos).

“Violência pra mim é tanta coisa, né? Tortura como eu, né? Ele me batia e tudo. Porque se dissesse: ‘mulher, tortura é pessoa está na prisão’, é não, marido também, né? Porque tem palavra que dói mais do que um tapa, um murro. Verbalmente também me agredia muito em palavra” (Frésia – 48 anos).

“Eu acho que é tudo aquilo que tira sua paz, né? Geralmente quando as pessoas falam de violência a gente liga muito a essa questão só física e acha que a emoção não. E no meu caso foi a que mais me abalou assim, e ainda abala” (Gerbera – 37 anos).

Violência Psicológica: uma alma quase morta habitando um corpo machucado

A oralidade das participantes revelou que a forma de violência mais prevalente num cotidiano de relações abusivas é a psicológica. Segundo elas, esta tipologia está presente quase que diariamente por meio de humilhações, ameaças e acusações que visavam a desestabilizar, constranger, oprimir e manter a relação mediante o medo da mulher em rompê-la. As falas a seguir demonstram esse padrão de comportamento.

“E depois fica o que? A pressão psicológica que essa sempre está presente todo tempo. E aí essa é a pior e quase toda mulher sofre... É a pior porque você leva um tapa, você dá outro, você é agredida, mas você agride e não há vantagem, mas você agride. E a psicológica você aguenta, você não tem coragem de dizer nem metade das coisas que você escuta... É aí onde começa toda violência; você não tem mais o limite... Primeiro você fica porque ama, depois você fica porque precisa e depois você fica porque tem medo” (Liatris – 41 anos).

“Tudo ele fazia pra me machucar, pra me magoar. Ele me chamava de rapariga, de vagabunda, de fuleragem; tudo isso eu acho que magoa muito as pessoas... Começava as agressões, dizendo palavrão, ‘quem manda aqui sou eu’, era desse jeito; ‘e no dia que eu lhe pegar com outro, eu lhe mato’... Era sempre por medo mesmo (que permanecia com ele); medo dele fazer alguma coisa comigo, com os meninos; era o medo que eu tinha” (Amarilis – 65 anos).

“Eu aguentava porque eu tinha medo de deixar ele... Como ele bebia, ele era uma pessoa muito agressiva e eu tinha medo. Como muita gente dizia a mim assim: ‘mulher, tu não deixa porque tu não tem coragem’; ‘mulher, não é assim não’; só quem sabe é quem vive... Aí eu não deixava de jeito nenhum porque eu não vou mentir, eu tinha medo de morrer... Pra bater era mais fim de semana, mas as ameaças e humilhações era todo dia” (Frésia – 48 anos).

“Violência psicológica e tudo: de entrar no meu Facebook, se passar por mim e me oferecer pra homem, de tudo ele fazia... O negócio era criar o desassossego mesmo, criar situações pra que resultasse nisso (humilhação) né?... E ele subiu em direção à serra dizendo que ia matar a gente... (Gerbera – 37 anos).

“Quando foi um dia ele começou a me tratar mal e eu sem entender nada; ele começava a me fazer umas perguntas e eu percebi que ele tava querendo me constranger... Aí teve uma briga gigante e ele me esculhambou; ele me esculhambava no telefone e eu chorava, chorava, chorava, a madrugada inteira... Essas esculhambações era pra baixar minha autoestima, dizer que eu não era fiel, que não tinha como ele confiar em mim” (Girassol – 34 anos).

“Ele já começou a demonstrar traços de ciúmes em festas que a gente ia; se eu conversasse com alguém rindo ele ficava com raiva, não podia tá perto de homens, de amigos homens... Mas mesmo eu grávida ele queria ficar me controlando... Eu não entendia porquê os meus amigos não queriam ficar comigo (ele era grosso com os amigos)... E ele fazia de uma forma tão absurda que eu ficava completamente sem nervo e eu ficava me achando um lixo... Muita agressividade; ele falava de uma forma que ele me desestruturava; aí eu sofri, eu chorei todos os dias da gravidez porque ele ficou bruto, ele gritava comigo... Botava o dedo assim na minha testa e fazia: Você merece tá a sete palmo abaixo do chão, você tem que morrer” (Estrelícia – 34 anos).

“A agressão em palavras mexe muito mais com o psicológico certo? E chega ao ponto de você se sentir um nada... Que às vezes a gente ouve muito isso de ‘há, você não é capaz, você só tá aqui porque tá comigo’... Mexia muito (com a autoestima) que eu cheguei até duvidar de que eu era capaz” (Rosa Vermelha – 34 anos).

Violência física: O corpo marcado pelas dores que a alma também sentia

A história de vida das participantes revela, também, que a violência física estava presente no cotidiano dos seus relacionamentos. As mulheres afirmaram que durante o período em que viveram esses relacionamentos foram agredidas de várias formas por intermédio de socos, chutes, empurrões, queimaduras, entre outras. Outro ponto emergente das falas é a associação entre a agressão física e o uso de álcool pelo agressor, demonstrando que o emprego de bebida funcionava como um facilitador das agressões. As falas a seguir demonstram esses momentos vividos por essas mulheres.

“Ele sempre quando chegava assim, bêbado, me acordava já com ele me queimando, me chutando, né? Batia, assim, com pau, com qualquer coisa que ele tivesse... Teve uma vez que ele me furou aqui, eu tenho uma cicatriz aqui na minha cabeça, que ele furou com uma chave dessas de porta, mas eu perdi tanto sangue que eu pensei que ia morrer porque ensopou uma rede... Eu ia aqui pra hospital X pra engessar perna, engessar braço, eu tenho uma costela quebrada, que ele quebrou das agressões” (Frésia – 48 anos).

“Era tapa, era chute, era enforcamento, era tapa na cara, era murro... Me agredia de todo jeito, mas quando ele bebia ainda era pior” (Amarilis – 65 anos).

“Bom ele dizia as coisas, mas bêbado ele sempre me agredia fisicamente, mais tapa, murro, mais no rosto mesmo” (Liatris – 41 anos).

“A primeira vez que ele me agrediu, acho que meu filho já tinha uns oito a nove meses, foi quando ele torceu pela primeira vez o meu braço, bêbado e sempre alegava ciúmes... Outra vez ele quebrou meu braço... sempre ele já ia no lugar mais frágil que é meu braço; você olhando ele é muito fino, então ele sempre apertava minha mão; então foi três vezes que ele quebrou; ele quebrou uma vez, outra vez ele quebrou que ainda tem as marcas, né?” (Rosa Vermelha – 34 anos).

“História de puxar o braço, apertar, e aí, quando a gente passou a morar junto as brigas foram mais frequentes, né? Sempre começa do mesmo jeito, com um empurrão, com não sei o que, depois pedindo desculpa, fazendo a gente se sentir culpada... mas teve brigas assim, de bater, de murro, socos, né?” (Gerbera – 37 anos).

Violência sexual: a alma não queria estar lá, mas o corpo violado era obrigado

A história de algumas entrevistadas desvelou a vivência de abuso sexual proveniente dos próprios parceiros. As participantes relataram que, ao longo do tempo, o desejo sexual se esvaiu com um cotidiano abusivo, mas que, mesmo assim, se sentiam obrigadas a manter conjunção carnal com seus parceiros. As constantes ameaças e o medo de posteriores agressões, além da dificuldade em se negar a fazer sexo, foram os fatores apontados para que essa condição se instalasse.

“É como se fosse estupro, mas chega a ser um estupro mesmo porque você não denuncia, né? Você aguenta tudo em casa; você não tá desejando, você não quer mais aquele marido, mas se submete, entendeu? Se submete a ele por medo, por tudo. É aquela velha história, você não quer o marido, você tem nojo depois de você ser agredida; você faz sexo porquê?” (Liatris – 41 anos).

“Ele queria que eu mandasse fotos pra ele nuas né? Nudes, ele queria que eu mandasse. Isso me incomodava muito, mas eu mandava... Se tivesse todo mundo aqui e tivesse qualquer brechinha, qualquer folga, eu não consigo nem imaginar como é que a pessoa raciocina, tipo assim atrás de uma porta (fazer sexo), ele queria que eu fosse, se eu não fosse era motivo pra outra confusão, e eu ia, muitas vezes sem vontade, mas ia pra não desagradar” (Girassol – 34 anos).

“E quando ele voltou a gente continuou morando na casa da mãe dele e foi onde a gente descobriu que a gente não podia ter relação sexual até os meus 20 e poucos anos, porque se fosse era um estupro, por conta do meu hímen, como o médico me explicou, que se ele penetrasse em mim ia acontecer isso, ele ia ter que esperar... Mas ele tentou várias vezes me penetrar e isso já foi uma violência. Então nessa época aí, foi a época que eu me senti mais abusada (voz de choro), porque eu não sabia o que era ter relação sexual... Ele fazia sexo nele com a mão dele e acabava jogando em mim” (Rosa Vermelha – 34 anos).

“A pessoa dormindo né? Ele pulava em cima de mim, eu menstruada e ele chegava bêbado e querendo e eu não queria (sexo); e até uma vez eu disse a ele que aquilo era um abuso e ele disse que nunca viu ser abuso quando é o marido... Porque é triste você tá ali com uma pessoa que lhe agrediu e depois você ser obrigada a dormir com ele obrigada! Porque tinha vezes que ele me agredia, eu saía pra dormir na cama dos meninos e depois ele ia lá me bater pra eu me levantar, aí eu passava a noite todinha ali sentada na cama, a noite todinha chorando” (Frésia – 48 anos).

DISCUSSÃO

A violência está presente em todas as camadas sociais. No que se refere à que se deflagra contra mulheres, o contexto assusta. Os tipos de violência a que uma mulher pode ser exposta são os mais variados e muito raramente acontecem de forma isolada, sendo o lar o local de maior exposição². Neste âmbito, a convivência com o agressor aumenta o isolamento e a sensação de insegurança da mulher, pois deveria ser o domicílio local de acolhimento, no entanto tem se constituído, para mulheres inseridas em contextos de violência, em local de dor e sofrimento.

Como visto, os dados coletados junto as mulheres submetidas à violência demonstram que as mesmas têm percepção de que estavam inseridas em um contexto abusivo e entendem a violência como algo que as viola, as priva de liberdade, materializando-se por meio da violência psicológica, física e sexual e impactando em negativas consequências em sua vida. A maioria destas mulheres inseriu-se nesta relação abusiva ainda jovem, sendo, em sua maioria, mulheres negras e pardas.

Esses dados acompanham uma tendência nacional evidenciada em amplo estudo com a população brasileira no ano de 2019. Tal levantamento revelou que a violência contra as mulheres se sobressai entre as mais jovens, sobretudo na faixa etária entre 16 a 24 anos, cuja taxa de violência chega a 45%, assim como entre as mulheres negras, com 31% em relação às brancas (25%)².

Quanto ao recorte racial/étnico evidenciado neste estudo, tem-se ainda que acrescentar ser este um fator de vulnerabilidade para todos os tipos de violência, pois, conforme atestou Cerqueira et al.¹⁰, em seu Atlas da Violência, a taxa de homicídios de mulheres negras foi 71% superior à de mulheres não negras. Ademais, em relação aos 10 anos da série estudada (2006-2016), a taxa de homicídios para cada 100 mil mulheres negras aumentou 15,4%, enquanto entre as não negras houve decréscimo de 8%¹⁰.

Destaca-se, ainda, que resultados semelhantes também foram observados em um grande estudo com mulheres em situação de violência realizado na região metropolitana do Recife, Pernambuco, Brasil, o qual verificou que dos 512 casos de mulheres analisados quanto às características sociodemográficas, constatou-se a maior prevalência de violência conjugal naquelas com idade entre 19 a 30 anos, em união estável, com Ensino Fundamental e com renda de menos de um salário mínimo¹¹.

A percepção da violência doméstica pelas mulheres deste estudo também acompanha uma tendência nacional, na qual verificou-se que 73% da população brasileira relatou que percebe o aumento da violência contra a mulher². Esse dado revela que a questão da violência no contexto doméstico vem superando o aspecto da naturalidade com que era tratada, ou seja, como algo relativo à vida privada do casal, em que papéis são esperados para homens e mulheres dentro de uma relação, e que acabam por legitimar os estereótipos e as desigualdades de gênero¹².

Sendo assim, à mulher cabe ser frágil, sensível, passiva, obediente, dedicada ao marido, responsável pelo cuidado dos filhos e do lar. Já ao homem cabe prover o sustento da família, ser forte, dominador, ocupar espaços públicos de poder. Esse quadro social “funcional” favorece o desenvolvimento e manutenção de relacionamentos abusivos, pois coopera para o entendimento da mulher enquanto objeto de dominação masculina, ao qual cabe dispor da mesma conforme suas conveniências e vontades¹³.

Dessa forma, a percepção da crescente violência doméstica contra a mulher encontra respaldo pelo homem no não cumprimento dos papéis de gênero esperados e delegados às companheiras, quais sejam, cuidar dos filhos, ser dona de casa e uma esposa carinhosa. Isso não aconteceria, sob uma concepção do agressor, em virtude de a mesma estar dedicada a outras atividades, como o trabalho fora de casa, estudos, lazer associado aos círculos de amizade, dentre outros. Conclui-se, a partir disso, que a perspectiva patriarcal continua sendo replicada na sociedade atual e respalda os atos violentos¹³.

Assim, perceber-se neste contexto de violência e suas raízes são fundamentais para a não vitimização. A experiência vivida por mulheres em situação de violência possibilita uma avaliação sobre sua própria existência, a qual desvela para cada uma o desejo de sair desse cotidiano e exercer seu papel no mundo¹⁴.

Desta forma, a concepção atribuída ao conceito de violência pelas mulheres do estudo e suas experiências de vitimização, permitiram a estas identificar as consequências da violência sofrida para além do aspecto físico, despertando nestas o entendimento de sua maior vulnerabilidade ao agravo devido à condição de mulher. Tal fato está consoante ao que a Organização Mundial de Saúde (OMS) identificou como sendo violência de gênero, a qual se constitui em qualquer ato ou conduta baseada no gênero que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública quanto na privada¹⁵.

Ademais, assemelha-se ainda aos tipos de violência tipificados pelo estado brasileiro, o qual evidencia, além da agressão física, a violência psicológica, sexual, patrimonial e moral¹, que, em sua maioria, estão inseridas em um ciclo de agressões que se desenrola cotidianamente.

Quanto a esse ciclo, tem-se uma sucessão de eventos caracterizados em fases, conforme estudo da psicóloga Leonora Walker⁷, nas quais, na primeira fase, se observam incidentes “mais brandos”

de violência, tais como agressões verbais, abusos psicológicos e humilhações, os quais vão sendo controlados pelo casal. Na fase dois todos os mecanismos de controle das tensões falham e ocorre o incidente grave de espancamento, caracterizado pela violência física extrema. Na fase três acontece a reconciliação e o casal passa a viver uma fase de relativa calma, ou, em alguns casos, apenas da ausência de agressões físicas, até que os desentendimentos voltam a acontecer, as tensões passam a ser controladas novamente e o casal volta a primeira fase do ciclo abusivo⁷, havendo dificuldades da mulher em se libertar desta situação.

O medo em romper com o ciclo da violência é um elemento que dificulta a ruptura deste ciclo e foi evidenciado nas histórias das mulheres participantes deste estudo. O medo do agressor torna-se uma barreira para muitas mulheres, independentemente de seu nível social, e a fragilidade emocional impõe maiores dificuldades a esta decisão de sair de uma relação abusiva¹⁴.

Assim, o medo evidenciado neste estudo era resultado das ameaças de morte dirigidas a elas e, em alguns casos, à prole. É importante destacar que o medo de ser morta encontra respaldo em grande estudo nacional, que evidenciou a ocorrência de violência doméstica cotidiana na vida das mulheres antes de serem assassinadas, ou seja, a violência fatal, na maioria dos casos, era o desfecho final de um cotidiano de abusos físicos e outros¹⁶. Ademais, outros autores corroboram e complementam que o feminicídio é o desfecho final da violência de gênero, atestando que a mulher que se torna vítima fatal, na maioria das vezes, já foi vítima de outras violências, por exemplo, psicológica, patrimonial, física ou sexual¹⁰.

Estatisticamente, os números também comprovam que o medo da morte ante a convivência com ameaças de um agressor íntimo é absolutamente compreensível e real. Alguns estudos, em diferentes países, atestam que a taxa de mortalidade de mulheres que sofriam violência doméstica chega à casa dos 70% (Estados Unidos) e 76% (Canadá), evidenciando ser a violência doméstica um fator de risco de alto impacto sobre a mortalidade de mulheres¹⁷.

No Brasil, estudos indicam que 28,5% dos homicídios de mulheres ocorreram dentro de casa, o que associa os casos de feminicídio à violência doméstica. Entre 2012 e 2017 o Instituto de Pesquisa e Estatística Aplicada reporta que a taxa de homicídios de mulheres fora da residência caiu 3,3%, enquanto a taxa dos crimes cometidos dentro das residências aumentou 17,1%, constatando-se, portanto, o aumento de crimes de feminicídio, nos quais a violência no lar já era uma realidade¹⁰.

Quanto aos tipos de violência a que estão expostas, outros autores, em seus estudos em diferentes regiões do país, reforçam que as mais preponderantes são as mesmas relatadas pelas participantes desta pesquisa, em que se predominou a violência psicológica, seguida da física e sexual¹⁸. Os números nacionais, observados em estudo que analisou as notificações de violência contra mulheres registradas no sistema de notificações e agravos, apontam serem esses três tipos de violência, de fato, os mais reportados. De um total de 454.984 casos notificados, os mais prevalentes foram os abusos físicos (86,6%), seguidos dos psicológicos (53,1%) e sexuais (4,8%)¹⁹, e alguns fatores, como o uso abusivo de álcool, têm sido relatados como facilitadores de eventos agressivos.

No que se refere ao uso abusivo de álcool no momento da agressão, outros autores reforçam esta associação, indicando o álcool como fator de vulnerabilidade para a ocorrência, sobretudo, de agressões físicas. Em relação a isso, um estudo¹¹ constatou que mulheres narraram sofrer violência atribuindo a agressão ao uso abusivo do álcool pelo agressor, que costumava fazer emprego rotineiro desta substância. Corroborando, outros autores²⁰ constataram relação direta entre o abuso de álcool e outras drogas com o desencadeamento de agressões, discussões e desentendimentos, concluindo que esta condição foi um facilitador da ocorrência de violência doméstica perpetrada por homens presos em razão deste tipo de crime.

Há, contudo, que se acrescentar que o consumo de álcool exacerba a violência, mas não é causa da mesma. Sendo assim, outra reflexão importante a se fazer é concernente às motivações para ocorrência de violência conjugal para além do uso exagerado desta droga pelo agressor, o qual se entende, aqui, como um gatilho à agressão. Consoante a isso, estudo brasileiro mostra que o consumo de bebidas alcoólicas dentro da relação conjugal contribui de forma significativa para uma evidente propensão à prática da violência pelo parceiro íntimo, quando associada à instabilidade emocional e à reação contra as agressões perpetradas²¹.

Ainda, como se pôde perceber pelos relatos das participantes, o ciúme também foi apontado como “gatilho” para a violência sofrida. Nessa dinâmica de possuir a mulher e dominá-la, o ciúme exacerba no parceiro o controle sobre os movimentos da parceira. São comuns atitudes de querer saber onde ela foi, com quem esteve, o que disse, porque usou determinada peça de roupa, etc. Esta situação acaba resultando quase sempre em violência conjugal e restringindo as relações com a família e com os amigos, pois expor essa dinâmica às pessoas próximas torna-se constrangedor para a mulher¹³. O que se atesta é que o comportamento ciumento e controlador aprofunda o isolamento social feminino, pois tornar a violência um fato público; significa encher-se de vergonha e reduzir as esperanças de recompor a união conjugal²².

Destaca-se que esta condição é o desfecho perceptível de uma problemática muito mais complexa, que diz respeito à construção social outrora observada. O comportamento ciumento é a manifestação visível do sentimento de posse do homem sobre a parceira e da objetificação da mulher numa relação conjugal¹³.

O sentimento de posse, associado à objetificação do corpo feminino, ainda tem ocasionado a violência sexual, um dos tipos de violência frequentemente reportado pelas mulheres deste estudo. É interessante destacar que o controle do corpo feminino a partir de sua sexualidade sempre foi, conforme alguns estudiosos, algo legitimado na sociedade patriarcal, na qual a sexualidade feminina, construída no dualismo macho/fêmea, foi desenvolvida sob uma perspectiva de satisfazer o homem bem como gerar a prole²³.

Essa visão desencadeia no imaginário masculino a percepção de que, enquanto esposa/parceira, estaria a mulher obrigada a manter com ele relações sexuais ainda que mesmo contra a sua vontade. Para o homem, isso não se caracterizaria como estupro, como uma das participantes atesta em sua fala, ao expor a percepção do ex-cônjuge de que “*nunca vi ser abuso de marido pra mulher*”.

De fato, a violência sexual praticada pelo parceiro íntimo, em sua maioria, é inexistente nas estatísticas disponíveis, sendo quase impossível identificar em dados oficiais quando o abuso acontece no contexto conjugal, ficando claro que existem dificuldades para caracterização do estupro conjugal e suas formas de defini-lo¹⁴. Assim, segundo os autores, a relação sexual ocorre, muitas vezes, sob forma de coerção “naturalizada” ou como “cláusula” prevista no contexto das obrigações conjugais, e o sexo cedido ou sob resistência não é nomeado como violência.

Quanto às repercussões da violência doméstica na vida das mulheres, é sabido que esta traz graves consequências de variadas naturezas, repercutindo-se no âmbito físico, mental, reprodutivo e sexual. Para além do isolamento social e da família, destacam-se consequências físicas, emocionais e financeiras. Quanto às consequências físicas, são evidentes as fraturas, contusões, edemas, hematomas, traumas, dor, invalidez, queimaduras, lacerações, escoriações, funcionamento físico reduzido, fadiga crônica e ganhos ou perdas acentuadas de peso²⁴. Destaca-se que algumas destas consequências também foram relatadas pelas participantes da pesquisa.

Quanto às consequências psicológicas, evidencia-se que a mulher identifica traumas em sua vida, como transtornos psicossomáticos relacionados à vivência de relações abusivas que repercutem em dificuldades em se relacionar, medo constante, choro fácil, ansiedade e distúrbios do sono¹⁸.

Diante dessas implicações, as participantes desta pesquisa apresentavam algum sinal psicossomático associado à vivência de um relacionamento abusivo. Algumas referiram sentir medo, ansiedade, tristeza, insegurança, e quatro delas encontravam-se ainda em tratamento terapêutico psicológico, o que corrobora os achados supracitados.

Ante as consequências financeiras, evidenciam-se dificuldades das mulheres em manterem-se em empregos, com perda de bens e gastos financeiros advindos do atendimento de mulheres vitimadas na rede de enfrentamento.

Estudo pioneiro desenvolvido pela Universidade Federal do Ceará (UFC) em parceria com Instituto Maria da Penha, o qual acompanhou a vida de dez mil mulheres nas nove capitais nordestinas no Brasil, identificou que o Estado deixa de gerar aproximadamente R\$ 1 bilhão ao ano como consequência da violência doméstica²⁵.

Os autores concluíram que mulheres em situação de violência doméstica chegam a faltar até 18 dias por ano em seus empregos, assim como também são demitidas com mais facilidade, o que significa que passam menos tempo empregadas em um local de trabalho. Contabilizou-se que uma mulher em situação de violência costuma permanecer num posto de trabalho, em média, 58 meses, enquanto outra, que não vivencia esta situação, permanece empregada por até 78 meses²⁵. Tais constatações implicam aumento da dependência financeira dessas mulheres em relação ao parceiro.

O oposto disso, portanto, implica fator protetor à ocorrência de violência doméstica, pois a autonomia financeira diminui as chances de a mulher se manter em relações abusivas. Este fato foi evidenciado em estudo realizado no Estado do Pará com mais de 800 mulheres vítimas de violência doméstica, o qual evidenciou que a grande maioria de mulheres em situação de violência doméstica não possuía independência financeira e vivia em situação de dependência financeira do agressor²⁶.

É importante destacar, finalmente, que a identificação das expressões de violência enfrentadas por mulheres, que, mesmo diante de intenso sofrimento, conseguiram superar um cotidiano abusivo, pode ajudar outras mulheres que enfrentam a mesma problemática. Neste sentido, ressalta-se a importância de que mulheres que se libertaram de ciclos abusivos sintam-se seguras em relatar suas histórias, objetivando que este agravo seja encarado como problema de saúde e social, transpondo a perspectiva de um problema conjugal e suscitando confiança e esperança em outras mulheres para rompimento das cadeias de agressão.

Ademais, os achados deste estudo devem contribuir na prática de profissionais que atuam no enfrentamento do fenômeno, tendo em vista que profissionais sensíveis a esta problemática estão mais propícios a identificar mulheres em situação de risco bem como atuar de forma mais incisiva sobre o agravo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história oral das mulheres revela um contexto de superação do ciclo da violência doméstica a partir da percepção destas de sua inserção num cotidiano abusivo, o qual se manifestava por meio da violência psicológica, física e sexual. Apesar de terem conseguido se desvencilhar deste ciclo, esse cenário sensibiliza a toda a sociedade para a realidade de abusos a que as mulheres brasileiras se encontram expostas dentro de seus lares, entendidos enquanto locais que deveriam remeter à sensação de proteção, afeto e segurança, bem como para as consequências deixadas em sua vida.

As experiências de vitimização expostas são resultantes de uma sociedade patriarcal que acaba favorecendo a ocorrência de variados tipos de violência contra as mulheres, a qual se estrutura sob o não cumprimento dos papéis sociais esperados delas. Dessa forma, continuar reproduzindo

esses valores e perpassá-los culturalmente segue dificultando o enfrentamento e a superação deste problema que continua a afligir milhares de mulheres em todo o mundo.

Assim, o estudo desperta para a importância de que a temática “violência doméstica contra as mulheres” possa ser cada vez mais abordada na sociedade, podendo contribuir para que as mulheres, porventura, se percebam inseridas em uma relação abusiva. Desta forma, a partir dessa percepção e consequente tomada de consciência, é que se pode avançar para uma próxima etapa, que consiste em se buscar alternativas de romper com os abusos.

Ademais, os achados deste estudo podem apontar a direção de estratégias de enfrentamento a esta questão, indicando a necessidade de qualificação profissional para a identificação da violência doméstica contra a mulher, uma vez que aborda as principais formas de manifestação desse fenômeno a partir da visão de quem já vivenciou esta condição. Ressalta-se, dessa forma, a importância de investimento em ações que favoreçam a prevenção e o reconhecimento da violência deflagrada contra mulheres no seu contexto doméstico, sobretudo a partir de estratégias articuladas entre os setores de saúde, justiça e educação, no sentido de qualificar as diferentes frentes de atuação para o reconhecimento e valorização desta questão.

Apesar de suscitar à importante reflexão, este estudo apresentou como principal limitação a não inserção de mais mulheres, tendo em vista as desistências e a não aceitação de algumas possíveis participantes. Tal fato é atribuível, sobretudo, ao constrangimento que algumas mulheres ainda demonstram em revisitar um passado permeado por humilhações e agressões. Acredita-se, contudo, que, a partir dos dados evidenciados nas histórias relatadas, pôde-se alcançar os objetivos propostos inicialmente.

Finalmente, o estudo faz vislumbrar que a identificação das expressões de violência doméstica a partir da percepção das mulheres aponta para a mudança de paradigmas sobre esta problemática, sinalizando a superação de uma visão distorcida da questão como algo relativo à vida privada do casal, quando, na realidade, trata-se de uma questão de saúde e segurança pública.

REFERÊNCIAS

- ¹ Brasil. Ministério da mulher, da família e dos direitos humanos. Programa Mulher segura e protegida: diretrizes gerais e protocolos de atendimento. [Internet] Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/acoes-e-programas/programa-mulher-segura-e-prottegida>. Acesso em: 22 out. 2020.
- ² Brasil. Pesquisa nacional sobre violência doméstica e familiar contra a mulher. Senado Federal. [Internet] Brasília: Senado Federal, 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/violencia-contra-a-mulher-agressoes-cometidas-por-2018ex2019-aumentam-quase-3-vezes-em-8-anos-1>. Acesso em: 12 ago. 2020.
- ³ Organização Mundial de Saúde. Relatório mundial sobre a prevenção da violência, 2014. Tradução do Global Status Report on Violence Prevention pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo. [Internet] 2014. Disponível em: <http://nevusp.org/wp-content/uploads/2015/11/1579-VIP-Main-report-Pt-Br-26-10-2015.pdf>. Acesso em: 17 set. 2019.
- ⁴ Waiselfisz JJ. Mapa da violência 2015. Homicídio de mulheres no Brasil. 1. ed. [Internet] Brasília, DF: Flasco Brasil, 2015. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Acesso em: 15 maio 2018.
- ⁵ Freitas SS de; Lopes, LCB. Os desafios para o enfrentamento da interiorização da violência doméstica. Revista Jus Navigandi. [Internet] Teresina, 2021. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/89181>. Acesso em: 22 mar. 2021.
- ⁶ Araújo, MLG; Albuquerque GA; Medina LLG. Monitoramento dos casos de violência contra a mulher na região do Cariri em 2018. 2. ed. Realizado pelo Observatório da Violência e dos Direitos Humanos da região do Cariri, Universidade Regional do Cariri (Urca). Escola de Saúde Pública do Ceará. Fortaleza: Escola de Saúde Pública do Ceará, 2018. Série: Cadernos diálogos sobre as experiências no enfrentamento à violência no Cariri; 2018.

- ⁷ Walker L. *The Battered Woman Syndrome*. New York: Harper and Row; 1999.
- ⁸ Meihy JCSB; Holanda F. *História oral: como fazer, como pensar*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017.
- ⁹ Bardin L. *Análise de conteúdo*. Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições, 1977.
- ¹⁰ Cerqueira DRDCC, Lima RSD, Bueno S, Coelho DSC, Alves PP, Reis MV, Merian F. Atlas da violência 2018: políticas públicas e retratos dos municípios brasileiros [Internet]. 2018. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8698/1/Atlas%20da%20viol%3%aancia%202018_pol%3%adticas%20p%3%ablicas%20e%20retratos%20dos%20municipios.pdf. Acesso em: 20 jun 2020.
- ¹¹ Holanda ER, Holanda VR, Vasconcelos MS, Souza VP, Galvão MTG. Fatores Associados à violência contra as mulheres na atenção primária de saúde. *Rev Bras Promoção Saúde*. [Internet]. 2018;31(1):1-9. Disponível em: <http://periodicos.unifor.br/RBPS/article/view/6580/pdf>. DOI: 10.5020/18061230.2018.6580. Acesso em: 22 jun 2020.
- ¹² Goes EDA. A vergonha social e o medo: obstáculos para a superação da violência doméstica contra a mulher. *Brazilian Journal of Development*. [Internet]. 5 nov. 2019;23.627-23.645. Disponível em: https://www.brazilianjournals.com/ojs/index.php/BRJD/article/view/4392?__cf_chl_tk=AvlHZ9gy1eSu0ohioWFHZkzmGubB578AVOSwhm_H_3g-1660055902-0-gaNycGzNCSU. Acesso em: 20 jun. 2022.
- ¹³ Balbinotti I. A violência contra a mulher como expressão do patriarcado e do machismo. *Revista da Esmesc*. [Internet]. 2018;25(31):239-264. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/revistadaesmes.v25i31.p239>. Acesso em: 20 jun. 2019.
- ¹⁴ Gomes NP, Lorenzini E, Alacoque MC, Cunha LSda, Carneiro KB, Virgens JdaR, Gomes IP, Nadirlene, Contexto da violência conjugal no tempo de Maria da Penha: um estudo em Grounded theory. *Cogitare Enfermagem*. [Internet]. 2019;24. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=483660296010>. Acesso em: 20 jun. 2022.
- ¹⁵ Organização dos Estados Americanos. *Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher. Revisão 2020* [Internet]. 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topics/violence-against-women>. Acesso em: 6 maio 2021
- ¹⁶ Fórum Brasileiro de Segurança Pública [FBSP]. *Violência contra mulheres em 2021 Brasília*. [Internet]. 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/03/violencia-contra-mulher-2021-v5.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2022.
- ¹⁷ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA]. *Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil*. Brasília, [Internet]. 2015. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=19873. Aceso em: 9 fev. 2019.
- ¹⁸ Vasconcelos NMD, Andrade FMDD, Gomes CS, Pinto IV, Malta DC. Prevalence and factors associated with intimate partner violence against adult women in Brazil: National Survey of Health, 2019. *Revista Brasileira de Epidemiologia* [Internet]. 2021;24(2):e210020. [Acessado 8 jul. 2021]. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-549720210020.supl.2>. Epub 13 dez. 2021. ISSN 1980-5497. Aceso em: 9 jun. 2022.
- ¹⁹ Mascarenhas MDM, Tomaz GR, Meneses GMSD, Rodrigues MTP, Pereira VODM, Corassa RB. Análise das notificações de violência por parceiro íntimo contra mulheres, Brasil, 2011-2017. [Internet]. 2021. *Revista Brasileira de Epidemiologia* [on-line]. 23(Suppl 01). DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-549720200007.supl.1>. ISSN 1980-5497. Acesso em: 9 jun. 2022.
- ²⁰ Santos MS dos, Macena RHM, Mota RMS, Souza WM de., Sousa JEP de, Cavalcante FWDS, Costa KJC da. Fatores associados ao uso do álcool entre homens autores de violência por parceiro íntimo no Ceará. *Journal of Health & Biological Sciences* 7.4 [Internet]. out./dez. 2019;341-350. Disponível em: <https://periodicos.unichristus.edu.br/jhbs/article/view/2677/1007>. Acesso em: 19 jun. 2020.
- ²¹ Araújo WSC de, Silva AF da, Estrela FM, Lírio JG dos S, Cruz MA da, Santos JRL, Pereira A. A influência do consumo de bebidas alcoólicas na ocorrência de violência por parceiro íntimo: revisão integrativa. *Arq. Cienc. Saúde Unipar*. [Internet]. Umuarama. maio/ago. 2018;22(2):117-122. Disponível em: <https://revistas.unipar.br/index.php/saude/article/view/6380/3572>. Acesso em: 19 jun. 2020.
- ²² Haack KR, Falcke D. Seria o ciúme mediador entre as experiências na família de origem e a violência física na conjugalidade? *Psico-USF*. [Internet]. Campinas. Set. 2020;25(3)425-437. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712020000300425&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25 mar. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-82712020250303>
- ²³ Costa AKS da. Hipersexualização frente ao Empoderamento: a objetificação do corpo feminino evidenciada. *Anais do Seminário de Gênero e Sexualidade*. [Internet]. 2018. Disponível em: <https://7seminario.furg.br/images/arquivo/338.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2021.
- ²⁴ Lourenco LM, Costa DP. Violência entre parceiros íntimos e as implicações para a saúde da mulher. *Gerais, Rev. Interinst. Psicol*. [Internet]. Belo Horizonte. jan. 2020;13(1):1-18. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/>

scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202020000100010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 25 jun. 2020.
DOI: <http://dx.doi.org/10.36298/gerais2020130109>

²⁵ Carvalho JR, Oliveira VH. Prevalência da violência doméstica e o impacto nas novas gerações. Relatório Executivo I – Primeira Onda – 2016 da PCSVDF. [Internet]. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2017/11/violencia_domestica_geracoes_out_17.pdf. Acesso em: 24 ago. 2020.

²⁶ Rocha RL da, Silva JAN da, Silva CS da, Spinola MCR. Violência doméstica contra a mulher e seus impactos sociais. Brazilian Journal of Health Review 4.1. [Internet]. 2021;1.542-1.565. Disponível em: <https://brazilianjournals.com/ojs/index.php/BJHR/article/view/23449/19432>. Acesso em: 4 jan. 2022.

Submetido em: 26/3/2021

Aceito em: 4/10/2022

Contribuições dos autores:

Concepção e desenho do estudo:

Regiane Clarice Macedo Callou
Grayce Alencar Albuquerque

Revisão de literatura:

Regiane Clarice Macedo Callou
Grayce Alencar Albuquerque

Aquisição de dados:

Regiane Clarice Macedo Callou
Roana Bárbara de Almeida Gouveia

Análise e interpretação de dados:

Regiane Clarice Macedo Callou
Grayce Alencar Albuquerque
Roana Bárbara de Almeida Gouveia
Beatriz de Castro Magalhães

Elaboração do manuscrito:

Regiane Clarice Macedo Callou
Grayce Alencar Albuquerque

Revisão intelectual do manuscrito:

Regiane Clarice Macedo Callou
Grayce Alencar Albuquerque

Todos os autores aprovaram a versão final do texto.

Conflito de interesse: **Não há conflito de interesse.**

Autora correspondente:

Regiane Clarice Macêdo Callou
E-mail: regiane_clarice@hotmail.com
Universidade Regional do Cariri
Rua Cel. Antônio Luiz, 1161 – Pimenta, CEP 63105-010, Crato/CE, Brasil

Origem do artigo: O artigo possui origem na Dissertação “Vozes que resistem: história oral de mulheres que superaram a violência doméstica” – Universidade Regional do Cariri. Ano: 2020.

Editora: Dra. Adriane Cristina Bernat Kolankiewicz

Todo conteúdo da Revista Contexto & Saúde está sob Licença Creative Commons CC – By 4.0.